



Agricultor depende do solo e água para trabalhar e se sustentar

Instalação de fosfateira em Anitápolis (SC) gera reação e é vetada pela Justiça

DATA DE EDIÇÃO
21/09/2012

MUNICÍPIOS
SC - Anitápolis

LATITUDE
-27,7983

LONGITUDE
-49,1169

SÍNTESE

O projeto de exploração da jazida de fosfato no município de Anitápolis, na Grande Florianópolis, trouxe diversos impactos ambientais à região, como supressão de mata nativa, contaminação de corpos d'água e lençol freático, e perda de biodiversidade. Em janeiro de 2010, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região vetou a instalação da fábrica de ácido sulfúrico e fertilizantes.

APRESENTAÇÃO DE CASO

O projeto de exploração de uma jazida de fosfato no município de Anitápolis, na Grande Florianópolis (SC), vem provocando resistência por parte de ambientalistas que temem que o empreendimento tenha impacto nos rios da região, dentre outros efeitos (VALOR ECONÔMICO, 2010).

Com 542 km² e 3.214 habitantes (IBGE, 2010), Anitápolis fica a 180 km da capital catarinense (CAMPOS, 2010). Sua população é economicamente pobre e depende da qualidade do solo e da água para trabalhar e se sustentar (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2009). O município é bastante acidentado topograficamente, sendo todo o seu território formado por grandes vales e serras, além de muitas nascentes de rios importantes, como a do rio Tubarão (Braço do Norte), interligando os rios do Meio, das Pedras, do Norte, Branco, dos Pinheiros Alto, do Ouro e da Prata (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS, 2010). O município possui o maior manancial hidrográfico de Santa Catarina (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2009).

Com investimentos previstos em R\$ 550 milhões, o Projeto Anitápolis, como é conhecido, prevê a contratação de 1,5 mil funcionários na fase de implantação e 400, na etapa

operacional (VALOR ECONÔMICO, 2010). O governo catarinense entra no empreendimento com a infraestrutura e incentivos fiscais, como o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (SuperProdec) e o Pró-Emprego (BRASIL MINERAL, 2008). O primeiro prevê a postergação, e o segundo, o deferimento da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A lei permite que 75% do imposto sejam postergados por quatro anos.



Vista para a Serra Geral

O empreendimento visa à extração minerária de fosfato natural e também à fabricação de ácido sulfúrico [H₂SO₄] para produção de fertilizantes, atividades que, conforme consta no Estudo de Impacto Ambiental do projeto, compreendem a implantação da mina, bacias de rejeitos, área industrial e depósito de estéril (resíduos sólidos), num total de 1.760 hectares (STYLO FM 102.1, 2010).

A iniciativa é conduzida pela Indústria de Fosfatos Catarinense (IFC), uma joint venture entre a norueguesa Yara e o braço de fertilizantes da americana Bunge (VALOR ECONÔMICO, 2010), hoje comandada pela Vale (CAMPOS, 2010). Para implantar o empreendimento, a empresa adquiriu

uma área de 1,8 mil hectares, hoje coberta por vegetação nativa em Área de Proteção Ambiental. (SCHEIDT, 2009). A IFC foi criada, em 1980, justamente para a exploração da jazida de fosfato no município, onde se encontram 10% do fosfato explorável no Brasil (DINIZ, 2009).

A jazida está situada sob o corredor ecológico que une a Serra Geral à Serra do Tabuleiro (ALBUQUERQUE et al., 2006) e tem capacidade de produzir 540 mil toneladas de superfosfato simples, insumo usado no cultivo da soja (VALOR ECONÔMICO, 2010). A estimativa é de que a mina produza ainda 200 mil toneladas de ácido sulfúrico, usado na mineração, e descarte 1,2 milhão de toneladas de material estéril (NUNOMURA, 2009). A instalação da fosfateira pode reduzir a dependência brasileira do fertilizante importado. As importações representam mais de 56% do consumo brasileiro de fertilizantes, ou seja, 11 mil toneladas (CAMPOS, 2010).

Os ambientalistas, no entanto, alegam que o Projeto Anitápolis vai causar perda de biodiversidade por envolver a supressão de 336,7 hectares de florestas pertencentes ao Bioma Mata Atlântica, incluindo espécies em extinção, bem como a destruição de áreas de preservação permanente, além de causar a poluição do solo e da água, que poderá atingir 14,5% da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão (STYLO FM 102.1, 2010).

Os procedimentos de licenciamento ambiental do Projeto Anitápolis tiveram início em 2005. As empresas Yara e Bunge assinaram o protocolo de intenções da iniciativa com o governo catarinense, em abril de 2008, em meio à crescente pressão do governo federal pela ampliação da oferta doméstica de fertilizantes (VALOR ECONÔMICO, 2010).

Com o protocolo, recolocaram em curso um antigo projeto da Adbos Trevo e da Manah - depois adquiridas por Yara e Bunge, respectivamente - cujas pesquisas remontam aos anos 1970. No cronograma apresentado em 2008, a IFC pretendia iniciar os investimentos no ano seguinte. No primeiro semestre de 2009, conseguiu a Licença Ambiental Prévia (LAP), concedida pela Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma), e teria de cumprir 30 programas ambientais para dar início às obras. Entre as exigências constava a conservação da vegetação em cerca de 80% da terra adquirida pela empresa (DINIZ, 2009).

No entanto, por meio de uma Ação Civil Pública, e com apoio do Ministério Público Federal de Santa Catarina, em setembro de 2009, ambientalistas ligados à ONG Montanha Viva conseguiram uma liminar, na Justiça Federal, que suspendeu os efeitos da LAP concedida pela Fatma à IFC. Na ação foi pedido que todos os municípios que integram a Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão, e que de alguma forma possam ser afetados pelo projeto, sejam ouvidos e se posicionem sobre o assunto. No total são 21 municípios, mas apenas dois foram sede de audiências públicas para discutir o projeto antes da emissão da LAP (VALOR ECONÔMICO, 2010).

A ONG entende que a competência para licenciar a área do projeto é do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e não do órgão ambiental estadual Fatma, pois no subsolo, onde se localiza o empreendimento, há minerais de urânio e nióbio. A ONG alega que é de competência do Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN) a pesquisa e a lavra de minérios nucleares e de seus "associados" (VALOR ECONÔMICO, 2010).



Atrativo natural e turístico: cachoeira da Usina

Outra alegação é de que o projeto prevê a supressão de cerca de 400 hectares de vegetação para a passagem de uma linha de transmissão de energia elétrica. Como são árvores que pertencem ao bioma da Mata Atlântica seria preciso o aval do Ibama para eventuais cortes. Para os ambientalistas, essa questão deveria ser analisada na Licença Prévia (LP) e o aval do Ibama deveria ser expedido conjuntamente com a Licença Ambiental de Instalação (LAI) (VALOR ECONÔMICO, 2010).

A ONG argumenta ainda que há risco de que rejeitos do processo de produção do projeto afetem nascentes de rios e afirma que o empreendimento requer a construção de duas barragens. Alega também que o eventual rompimento de uma delas poderá impactar a Lagoa Santo Antônio, localizada em Laguna, na Área de Proteção Ambiental (APA) da baleia franca [que está ameaçada de extinção] (VALOR ECONÔMICO, 2010).

De acordo com o biólogo e ambientalista Jorge Albuquerque, da Montanha Viva, o rejeito pode conter diversos elementos químicos potencialmente tóxicos. Segundo ele, os rejeitos do fosfato em outras regiões do mundo apresentam selênio, cádmio e elementos radioativos que, em altas concentrações, podem se tornar um sério problema ambiental e de saúde pública. Ele diz que as barragens previstas na fosfateira de Anitápolis terão, caso aprovado o empreendimento, altura de 80 metros acima do nível do rio do Pinheiro. Como a região de Anitápolis está próxima da Serra Geral - sujeita a uma significativa pluviosidade - e num cenário de muita chuva, haveria a possibilidade de um desastre em potencial que poderia causar a erosão das barragens da fosfateira e comprometer o uso do solo para a agricultura, bem como o

turismo na região (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2009)

De acordo com estudo da engenheira química Sônia Corina Hess, da Universidade Federal de Santa Catarina, os processos químicos do projeto de Anitápolis podem, sim, gerar riscos à saúde da população que vive na região da área da mina. O estudo foi feito a pedido do Ministério Público Federal (MPF) e da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa. A especialista afirma que nas fosfateiras é comum ocorrer vazamento de gases para a atmosfera decorrente da produção do ácido sulfúrico, que pode resultar em chuva ácida (CAMPOS, 2010).

Já a Fatma contrargumenta que a área do empreendimento não está sob competência da União, mas em uma região sob jurisdição do estado. Por isso, caberia a ela conceder ou não a Licença Prévia. Sobre a supressão de vegetação, afirma que são 200 hectares e não 400, e que um posicionamento do Ibama sobre os cortes está previsto no processo na segunda fase de licença, quando será tratada a Licença Ambiental de Instalação. Assegura ainda que não serão depositados produtos químicos no ambiente. Segundo o órgão, a sustentabilidade do projeto está garantida (VALOR ECONÔMICO, 2010).

Para restabelecer a licença ambiental, a IFC e o governo catarinense recorreram ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª região no fim de 2009 (VALOR ECONÔMICO, 2010). Em janeiro de 2010, no entanto, o TRF julgou improcedente o recurso e vetou a instalação da fábrica de ácido sulfúrico e fertilizantes em Anitápolis (CRBIO 3, 2010).



Na terceira audiência pública para discutir a possível instalação da fosfateira em Anitápolis, realizada em abril de 2010, em Laguna, a comunidade da região, mais uma vez, se posicionou contrariamente ao projeto e demonstrou grande preocupação com seus potenciais impactos socioambientais. Durante o debate, um abaixo-assinado foi entregue ao Poder Legislativo pelo Padre Aluisio Rheieemann Jocken, da Paróquia Santo Antonio dos Anjos, com aproximadamente 4 mil assinaturas contra a instalação da fosfateira (ALESC-SC, 2010).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A mina de fosfato do município de Anitápolis é denominada Alto Rio Pinheiros e está localizada entre as latitudes 27°47'54"S - 27°48'24"S e longitudes 49°6'45"W - 49°7'1"W, na bacia do Rio Hipólito que deságua no mar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Jorge Luiz B.; GHIZONI-JÚNIOR, Ivo R.; SILVA, Elsimar S.; TRANNINI, Gustavo; FRANZ, Ismael; BARCELLOS, André; HASSDENTEUFEL, Clarissa B.; AREND, Felipe L.; MARTINS-FERREIRA Claiton. Águia-cinzenta (*Harpyhaliaetus coronatus*) e o Gavião-real-falso (*Morphnus guianensis*) em Santa Catarina e Rio Grande do Sul: prioridades e desafios para sua conservação. In: Revista Brasileira de Ornitologia 14 (4), p. 411 - 415, dez. 2006. Disponível em: http://www.artigocientifico.com.br/uploads/artc_1176154916_23.pdf. Acesso em: 14 jul. 2010.
- ALESC-SC. Instalação de fosfateira em Anitápolis gera polêmica. In: JusBrasil Notícias, 16 abr. 2010. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2155776/instalacao-de-fosfateira-em-anitapolis-gera-polemica>. Acesso em: 03 nov. 2010.
- BRASILMINERAL. Fertilizantes: Bunge e Yara exploram jazida em Santa Catarina. São Paulo, n. 346, 03 abr. 2008. Disponível em: <http://www.brasilmineral.com.br/BM/default.asp?COD=3490&busca=&numero=346>. Acesso em: 03 nov. 2010.
- CAMPOS, Vanessa. Instalação de fosfateira em Anitápolis, na Grande Florianópolis, enfrenta impasse na Justiça Federal. In: Defensoria Pública da União, 13 out. 2010. Disponível em: http://www.dpu.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2656:instalacao. Acesso em: 03 nov. 2010.
- CRBIO 3 - Conselho Regional de Biologia 3ª Região – Santa Catarina e Rio Grande do Sul. TR4 mantém decisão contra fosfateira da Bunge e da Yara em Anitápolis (SC). Porto Alegre, 21 jan. 2010. Disponível em: <http://www.crbio3.org.br/noticias/index.php?id=4835&idcategoria=6>. Acesso em: 15 jul. 2010.
- DINIZ, Isis Nóbile. Extração de fosfato ameaça Mata Atlântica catarinense. São Paulo, Época, 03 jul. 2009. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI80423-16270,00-EXTRACAO+DE+FOSFATO+AMEACA+MATA+ATLANTICA+CATARINENSE.html>. Acesso em: 14 jul. 2010.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anitápolis (SC). In: IBGE Cidades, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=420110&r=2>. Acesso em: 04 nov. 2010.
- MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2009. Projeto de mineração de Fosfato gera insegurança sobre possível contaminação dos recursos hídricos e do solo em região vocacionada ao turismo e marcada pela agricultura orgânica e de subsistência familiar. Base de dados, 15 dez. 2009. Disponível em: <http://www.conflictoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=204>. Acesso em: 03 nov. 2010.
- NUNOMURA, Eduardo. Mina vira alvo de protestos em SC. In: Estadão.com.br, 20 set. 2009. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090920/not_imp438002,0.php. Acesso em: 13 jul. 2010.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. Características físicas, 2010. Disponível em: <http://www.anitapolis.sc.gov.br/conteudo/?item=16628&fa=892&cd=7486>. Acesso em: 03 nov. 2010.
- SCHIEDT, Paula. Mina de fosfato cria polêmica na Serra Catarinense. Carbono Brasil, Florianópolis, 17 set. 2009. Disponível em: http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=723148. Acesso em: 05 maio 2011.
- STYLO FM 102.1. Tribunal Regional Federal da 4ª Região mantém decisão contra a fosfateira de Anitápolis, 22 abr. 2010. Disponível em: <http://www.stylofm.com.br/noticias-da-stylo/tribunal-regional-federal-da-4a-regiao-mantem-decisao-contra-a-fosfateira-de-anitapolis>. Acesso em: 14 jul. 2010.
- VALOR ECONÔMICO. Jazida de fosfato causa atrito. In: Avicultura Industrial,

20 jan. 2010. Disponível em:
http://www.aviculturaindustrial.com.br/PortalGessulli/WebSite/Noticias/jazida-de-fosfato-causa-atrito,20100120084657_B_181,20081118093828_H_824.aspx.
Acesso em: 13 jul. 2010.